

A Emergência e a Afirmação das Ciências Policiais

Luís Manuel André Elias

Nos últimos quarenta anos têm-se desmultiplicado os estudos no âmbito das Ciências Policiais em termos internacionais e nacionais, tendo-se esbatido muita da resistência tradicional das instituições policiais em serem objeto de investigação e análise, tendo em conta a natureza complexa e sigilosa da sua missão (Clemente, 2015: 16). Ao mesmo tempo, na academia, muitos investigadores de diferentes áreas e com distinta formação têm-se debruçado sobre as organizações policiais, a sua missão e os fenómenos criminais que as Polícias, a Justiça e a sociedade têm de enfrentar.

O nascimento e desenvolvimento das Ciências Policiais em Portugal deve-se em grande medida ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), aos seus docentes, investigadores e discentes, facto que tem sido crucial para a consolidação do conceito de segurança interna, bem como para uma abordagem integrada e integral da investigação científica sobre as organizações policiais, a sua função e os padrões/modelos de atuação policial.

Para Susana Durão, em Portugal, apesar da vasta bibliografia sobre os limites e abrangência dos poderes legais e constitucionais das Polícias, “a abordagem sobre a filosofia, a estratégia e tática policial só começa a manifestar-se pela obra dos Oficiais da PSP oriundos do ISCPSI, versando sobre as análises dos modelos policiais e sobre as mudanças ou resistências à transformação do paradigma do policiamento” (Durão, 2008: 27-28).

É neste quadro que se tem vindo a desenvolver uma investigação científica profícua, muitas vezes, difícil de catalogar de acordo com as “gavetas”

científicas (jurídico-normativas, sócio-políticas e técnico-policiais) que procura trilhar outros horizontes. A Polícia será tanto mais eficaz e eficiente e sedimentará a sua legitimidade e legitimação com a aplicação prática de modelos e de métodos científicos previamente estudados e validados. Para tanto será necessária a recolha sistematizada de informação qualitativa e quantitativa, assim como uma metodologia sólida e a acessibilidade a diverso tipo de dados, a sua comparabilidade e fiabilidade.

O que se propõem ser Ciências Policiais?

As Ciências Policiais têm uma perspetiva epistemológica (buscam o conhecimento) e axiológica (fundamentam-se em valores, procuram estudá-los e aprofundá-los). Podem ser entendidas como o conhecimento produzido sobre a organização policial, a atividade policial no quadro do Estado de direito e do respeito por direitos, liberdades e garantias e como o estudo do ente Polícia.

O objeto das Ciências Policiais não se limita apenas aos aspetos materiais da atividade policial, mas deve englobar também as questões formais da organização, do polícia enquanto representante da autoridade do Estado e da função policial, numa perspetiva normativa, sociológica, política, histórica, cultural, como elementos cruciais para a compreensão da Polícia e da sua dialética com a sociedade. Por isso, defendemos que as Ciências Policiais são ciências aplicadas, visam uma ligação da teoria à prática.

Ignorar a necessidade de conhecimento orientado para a compreensão abrangente de determinados fenómenos e problemáticas próprios da organização policial, da sua missão e atividade é negar que o vetor de segurança interna e de polícia possa produzir conhecimento científico, relegando a sua abordagem apenas para o plano normativo e/ou técnico-policial, o qual, nos parece redutor.

As Ciências Policiais “têm um objeto de estudo transversal, multidisciplinar e interdisciplinar” (Valente, 2014: 10) e dedicam-se “ao estudo científico da Polícia como instituição e do policiamento como um processo. Podem ser vistas como ciências integradas, baseadas, entre outras, nas ciências sociais como a criminologia e alguns aspetos das ciências naturais, como a investigação criminal e ciências forenses” (Jaschke & Neidhardt, 2007: 23; Moreno, 2009: 30).

Por seu lado, para Roché, as Ciências Policiais estudam as quatro dimensões da organização policial e da respetiva atividade: “a política e as relações de poder ou a distribuição dos poderes policiais; o sistema policial – as relações

entre as componentes e os recursos ao nível nacional; os mecanismos de responsabilização, i.e. eleições, mercado e gestão; a doutrina policial” (Roché, 2017: 72).

As Ciências Policiais resultam de uma abordagem dialética com outras ciências:

- com as ciências jurídicas (uma perspetiva normativa fundamental na missão e atividade policial, recorrendo a diferentes ramos do direito, como o direito constitucional, os direitos fundamentais e os direitos humanos, o direito administrativo, o direito penal, o direito processual penal, o direito civil e outros);
- com as ciências sociais e humanas (uma vertente igualmente muito importante, recorrendo às perspetivas sociológicas, históricas, filosóficas, políticas, à ética, à liderança, as quais, devem existir como fundamento da missão e da atividade policial) e
- com as ciências exatas (como a matemática, a física, a química, fundamentais para disciplinas técnicas como a balística, a criminológica, o armamento, os explosivos, a estatística, a informática).

As Ciências Policiais têm uma natureza compósita, cruzando teorias e métodos de diferentes áreas do saber, bem como procurando a síntese e inter-relação entre diversas áreas do saber.

Não sendo nem pretendendo ser ciência(s) exata(s), as Ciências Policiais deverão ser produto da reflexão, análise e pensamento crítico, do desenvolvimento e da aplicação de métodos de investigação sustentados, corroborados e verificados, da experimentação e da análise laboratorial, da comparabilidade de resultados e da observação e estudo científicos no terreno de fenómenos ou de casos específicos. Não se pretende que as Ciências Policiais apresentem uma perspetiva dogmática, definições únicas e inequívocas, mas sim que problematizem a organização policial, os modelos de atuação e o meio envolvente.

Parece-nos interessante a perspetiva da Universidade da Polícia Finlandesa em Helsínquia que considera que as Ciências Policiais têm como objeto de estudo três áreas científicas e que, por sua vez, se subdividem em diversas linhas de investigação: a Polícia e a sociedade, o trabalho e a organização policial e o policiamento.

A Polícia e a sociedade, engloba a pesquisa sobre as mudanças no ambiente operacional da polícia e a relação entre a Polícia e os cidadãos.

O trabalho e a organização policial, envolve a investigação sobre a formação policial, competências, recursos humanos e gestão.

O policiamento, abrange o estudo dos modelos de policiamento, das atividades operacionais da polícia e sua eficácia (produto).

A evolução das Ciências Policiais

As Ciências Policiais não nasceram, nem se desenvolveram fruto do acaso e apartadas do meio social, político e cultural envolvente. Já em 1917 Vollmer defendia que o cidadão espera de um polícia: “a sabedoria de Salomão, a coragem de David, a paciência de Job, a liderança de Moisés, a delicadeza do Bom Samaritano, a estratégia de Alexandre, a fé de Daniel, a diplomacia de Lincoln, a tolerância do Carpinteiro de Nazaré e, por último, um conhecimento aturado de todos os ramos das ciências naturais, biológicas e sociais” (Johnson, 1968: 405).

As Ciências Policiais desenvolveram-se num contexto de mudança da ideia tradicional de segurança, bem como com a transformação do papel das Polícias na sociedade e na polis. A segurança tornou-se um conceito de banda larga (Guedes & Elias, 2010: 30); fruto das alterações geopolíticas no final do século XX, os estudos de segurança passaram cada vez mais a abranger as áreas política, económica, societal e ambiental e não apenas a vertente militar e o papel dos Estados (Buzan, Waever & De Wilde, 1998), conferindo outra atenção aos novos atores na arena global, nacional e local, como as multinacionais financeiras, os poderes erráticos, as organizações internacionais, as comunidades locais, a segurança privada, a segurança alimentar, a segurança ambiental, a segurança sanitária, para citar apenas alguns exemplos.

Nesta conjuntura, nos últimos anos, é vasta a obra científica desenvolvida na área das Ciências Policiais em Portugal. Citamos alguns dos exemplos mais significativos: as políticas de segurança e nos modelos de policiamento (Clemente, 1998, 2015; Durão, 2008; Oliveira, 2003, 2006; Leitão, 2005, 2001; Poiares, 2014, 2013), o direito policial (Valente, 2017, 2016, 2013; Sousa, 2008; Lucas, 2005; Dias, 2005), o policiamento dos movimentos sociais de protesto político (Elias, Felgueiras & Pais, 2017; Felgueiras, 2009, 2016; Pais, Felgueiras, Serra, Machado, & Pereira, 2013; Elias & Pinho, 2013), a dimensão externa da segurança interna (Gomes, 2005, 2011; Farinha, 2005; Guedes & Elias, 2010; Elias, 2013, 2006), a segurança de grandes eventos (Gomes, 2005; Felgueiras, 2009; Elias, 2015), a ordem

pública (Oliveira, 2015), a inteligência policial (Fernandes, 2014; Carvalho, 2015), a investigação criminal (Sousa, 2018; Figueiredo, 2022), a prevenção da criminalidade (Poiães, 2013; Fernandes, 2006; Guerra, 2007), o policiamento de proximidade (Oliveira, 2006; Elias, 2007), a gestão de riscos (Torres, 2015), a gestão de crises (Elias, 2011), a gestão e administração policial (Torres, 2014), a segurança privada e a sua interação com a segurança pública (Rodrigues, 2011; Pica dos Santos, 2017), a fiscalização e controlo de armas e explosivos (Cardoso, Marques, Gaspar & Batalha, 2009), os recursos humanos (Leitão da Silva, 2012), a ética policial (Silva, 2001; Clemente, 2016), o impacto das tecnologias disruptivas na atividade policial, nas ações das organizações criminosas e na sociedade (Morgado & Felgueiras, 2022; Elias, 2022).

Segundo Gonçalves, “embora ainda não se possa considerar um campo consolidado, a história social e política da Polícia e do policiamento das cidades e do mundo rural têm recebido crescente atenção, sobretudo na institucionalização de modernas forças policiais durante a segunda metade do século XIX e início do século XX (Santos, 2006; Gonçalves, 2014; Vaz, 2013, 2007)”. Várias pesquisas têm ajudado a ampliar o quadro de estudos historiográficos em frentes complementares entre si. Alguns dos temas que têm sido desenvolvidos são: “as lógicas políticas e práticas de implementação local de novas estratégias de policiamento no século XVIII, no final do Antigo Regime” (Subtil, 2011; Abreu, 2013; Borda d’Água, 2017; Hespanha, 2004; Hespanha & Subtil, 2011; Mendes Cunha, 2010, 2011); “a institucionalização nacional e funcionamento de novas forças policiais na passagem do século XIX para o século XX” (Cerezales, 2011, 2017; Gonçalves, 2017, 2015; Póvoa, 2013); “as múltiplas formas como os polícias lidaram com fenómenos como os da criminalidade, comportamentos desviantes ou a simples gestão da vida quotidiana” (Gonçalves, 2017; Vaz, 2014); “as diferenças corporativas entre forças policiais urbanas e as suas homólogas responsáveis pela patrulha dos campos” (Gonçalves, 2017; Cerezales, 2011); “composição social das polícias e os processos de modernização associados à integração de novos elementos nas forças policiais, sobressaindo o caso das agentes femininas no último quartel do século XX” (Durão, 2003, 2004; Durão; Leandro, 2003).

Flávio Borda d’Água (2017) refere ainda que alguns autores do século XX, sobretudo ex-polícias, desenvolveram uma história essencialmente ‘corporativista’, institucional ou positivista da Polícia (incluindo a Guarda Nacional Republicana), tendo estes estudos sido publicados quase sempre pelas respetivas instituições e difundidas no seu seio (Lapa, 1942, 1964;

Borges, 1980), o que não lhes retirando mérito, influencia o rigor científico, o distanciamento e o sentido (auto)crítico.

A importância do ISCPSI

O ISCPSI tem sido a casa das Ciências Policiais. O ISCPSI foi e continua a ser uma enorme conquista civilizacional, uma das grandes realizações do regime democrático em Portugal, tendo ajudado a consolidar o Estado de direito e a sedimentar uma Polícia de estatuto civil, profissional, moderna, regendo-se por padrões éticos, pelo humanismo, pelo respeito pela legalidade e proporcionalidade e procurando formar polícias competentes, aprendentes, que buscam em permanência adaptar-se à mudança social, próximos das comunidades e constituindo-se como garantes da segurança e da ordem públicas, da prevenção e investigação criminal e do respeito pelos direitos dos cidadãos.

A decisão política, em 1982, de criar uma Escola Superior de Polícia (ESP) com o objetivo de formar Oficiais de Polícia que progressivamente substituíssem na hierarquia superior da PSP os Oficiais do Exército foi arrojada, tendo em consideração o momento político pós-revolução que ainda se vivia no nosso país. Nessa sequência foi criada uma comissão instaladora da ESP e em 1984 tem início o primeiro Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP) (Gomes, 2022: 51). Este percurso muito se deve a pessoas como o Superintendente-Chefe Afonso de Almeida, aos Professores Doutores Germano Marques da Silva, Artur Anselmo, João Raposo, aos Subintendentes Reis e Veríssimo Martins, a todos os diretores e a diversos oficiais que desempenharam funções de comando e direção, a muitos dos docentes policiais e civis que lecionaram e lecionam no ISCPSI, assim como ao pessoal de apoio que tornou possível o funcionamento desta academia policial ao longo dos anos.

O ISCPSI formou em 40 anos de existência da licenciatura e mestrado em Ciências Policiais cerca de mil homens e mulheres oriundos de diversas zonas geográficas do país e de quase todos os países da CPLP – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste -, de diversos estratos sociais, salientando-se que esta Academia tem desde sempre respeitado os direitos humanos, a igualdade de género em todos os escalões hierárquicos, bem como a diversidade étnica e religiosa.

Diversos ex-alunos desempenham e desempenharam funções de relevo, a saber: Ministra do Interior em Moçambique, Diretores Nacionais em

Portugal e nos países da CPLP, de Diretor da Polícia da ONU em Nova Iorque e de outros organismos internacionais, altos quadros da administração pública, comandantes policiais em funções exigentes e complexas. O número de Oficiais que apostaram na sua formação académica também tem vindo a crescer, facto constatável pelo aumento do número de polícias que completaram cursos de mestrado e doutoramento em diversas áreas científicas.

De referir igualmente o reconhecimento da licenciatura em Ciências Policiais e a adesão e integração no processo de Bolonha em 2009, transformando a licenciatura em curso de mestrado integrado em Ciências Policiais do ISCPSI com a duração de cinco anos.

A aprovação do Regime Jurídico do Ensino Superior Público Policial, através do Decreto-Lei n.º 13/2022, de 13 de janeiro, constitui outro marco fundamental. No artigo 5.º deste diploma podemos encontrar pela primeira vez em Portugal uma definição legal de Ciências Policiais que naturalmente sofreu influências de outras escolas e conceitos europeus, designadamente da CEPOL: “as Ciências Policiais constituem um acervo organizado e sistematizado de conhecimentos científicos sobre a organização policial, enquanto instituição, e sobre a ação policial, enquanto processo, cujo o estudo científico aplicado contribui para a edificação de padrões de atuação dos organismos policiais e dos seus profissionais, tendo por referência os direitos fundamentais dos cidadãos, a defesa da legalidade democrática e a garantia da segurança interna”.

Mas há que refletir sobre diversas questões: o objetivo do ISCPSI é formar Oficiais de Polícia para a vida ou meramente Subcomissários? O que se pretende do ensino superior policial? Deve-se centrar no Mestrado em Ciências Policiais, apostar na interligação e na criação de sinergias com o ensino politécnico e/ou diversificar ainda mais a oferta formativa para a sociedade civil? Deverá ser uma Universidade focada sobretudo na organização PSP ou pretende também contribuir para o estudo do meio envolvente, dos fenómenos criminais nacionais e transnacionais, da atuação da Polícia em termos nacionais ou também globais? Deverá ter um pendor mais académico ou sobretudo técnico? Ou procurar uma conciliação entre ambos os vetores?

A definição de um plano estratégico para o ensino superior público policial e respetiva avaliação poderão responder a muitas das questões elencadas. Do mesmo modo, a aposta nas tecnologias emergentes no apoio ao ensino superior e politécnico, a criação de um curso de doutoramento em Ciências Policiais no ISCPSI, o robustecimento do Centro de Investigação do ISCPSI

(ICPOL), o reforço “do número de investigadores integrados doutorados ativos, de modo a gerar mais massa crítica e produção científica” (Poiares, 2021: 11) e uma maior aposta numa investigação aplicada, de casos de estudo e na experimentação laboratorial que liguem a teoria à prática, poderão abrir novos caminhos e ajudar a encontrar respostas para problemas reais da organização policial e da atuação policial num mundo complexo, marcado pela incerteza e aceleração.

Considerações Finais

O futuro das Ciências Policiais é desafiador face ao turbilhão de alterações sociais, políticas, económicas e culturais a que assistimos. Cabe às Ciências Policiais, por um lado, conhecer e interpretar cientificamente o devir social e, por outro, contribuir como catalisador de muitas das transformações em curso. No fundo, às instituições policiais cabe-lhes adaptarem a sua atuação à (nova) realidade. O ensino das Ciências Policiais deverá ser, assim, antes de mais, um ensino reflexivo e não meramente reprodutivo.

A revolução tecnológica em curso e a realidade líquida dos nossos tempos (Bauman, 2007: 4) implicam que a Polícia esteja atenta aos desafios securitários emergentes e desenvolva a sua ação de forma adaptativa. Já não existe o monopólio do uso da força por parte do Estado e, em concreto, da Polícia. Pelo que as Polícias procuram parcerias com outros atores públicos, privados, com as comunidades e com os cidadãos.

As Ciências Policiais no século XXI terão de perceber em que medida a superpopulação, a concentração das pessoas em grandes metrópoles, a pobreza e desigualdade social, a escassez de recursos naturais, os conflitos armados e as crises, poderão afetar a Polícia e Justiça e respetiva atuação. Do mesmo modo, terão de proceder ao estudo das ameaças e riscos (como o terrorismo, a cibercriminalidade e a criminalidade grave e organizada – em especial o tráfico de estupefacientes, tráfico de armas e tráfico de seres humanos, a criminalidade económico-financeira, a corrupção, a polarização, o discurso de ódio, a radicalização e o extremismo violento). Não poderão ainda estar alheias à investigação sobre o impacto das tecnologias emergentes e disruptivas na nossa sociedade e nas Polícias, sobre os dilemas do ponto de vista ético, jurídico e operacional decorrentes da inteligência artificial e dos algoritmos, da utilização da robótica, de modelos preditivos da criminalidade, do uso operacional de drones e nanodrones, de armas laser e da realidade virtual. Será prioritária a reflexão sobre os impactos da internet das coisas, sobre estratégias de ciberpoliciamento

e de policiamento do metaverso, do machine learning ou da big data; igualmente as alterações climáticas, os fenómenos meteorológicos extremos, a criminalidade ambiental (incluindo o tráfico de espécies protegidas), os impactos relacionados com a dificuldade de integração das comunidades migrantes, entre outros, constituem realidades do presente e do futuro que merecem um profícuo estudo científico.

Para a Polícia, para os polícias e para os académicos existe ainda um longo caminho a percorrer, pois a reflexão científica sobre a organização policial, a sua atividade e os polícias serão importantíssimas para contribuir para a compreensão das novas ameaças, riscos e vulnerabilidades, para apoiar a decisão política e a formulação de políticas de segurança face a fenómenos criminais diversos no quadro interno e transnacional.

O caminho das Ciências Policiais deverá ser trilhado com humildade, mas com passos sustentados, estudando o passado, analisando o presente e prospetivando o futuro para melhor sedimentar a liberdade, segurança e justiça num mundo complexo e desafiante.

Bibliografia

- Abreu, Lucinda (2013). Pina Manique: Um Reformador no Portugal das Luzes. Lisboa: Gradiva.
- Bauman, Zygmunt, (2007). Liquid Times. Living in an Age of Uncertainty (Cambridge: Polity Press.
- Bittner, Egon (2003). Aspetos do Trabalho Policial. In Coleção Polícia e Sociedade n.º 8. São Paulo: Edusp.
- Borda D'Água, Flávio (2017). Breves Reflexões sobre a História da Polícia em Portugal durante o Antigo Regime. In Polícia e Polícias em Portugal. Perspetivas Históricas. Lisboa: Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL.
- Boer, Monica Den (2017). European police science: connecting practice, education and research. In European Police Science and Research Bulletin. Police Science and Police Practice in Europe. Special Conference. Edition number 2. Budapest: CEPOL.
- Borges, António José G. G. (1980). História da Polícia do Porto. Porto: (s.n.).
- Bova, Sérgio (2004). Polícia. In Bobio, N. et al. (Ed.), Dicionário de Polícia Vol. II. Brasília: Editora Unb.
- Caetano, Marcelo (1986), Manual de Direito Administrativo, Vol. II, 9.ª ed., Coimbra: Livraria Almedina, 1986.
- Canotilho, J.J. Gomes & Moreira, Vital (2010). Constituição da República Portuguesa Anotada, Vol. II, 4.a edição revista, Coimbra: Coimbra Editora.

Carvalho, João Ricardo Dias de Sousa (2015). *Prospetiva e Intelligence Policial. Estudo da Utilidade da Geração de Cenários*. Dissertação de mestrado não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Castro, Catarina Sarmento e (1999). *A Questão das Polícias Municipais*. Coimbra: FDUC.

Cerezales, Diego Palacios (2017). *A Rua e a Ordem. A Difícil Republicanização da Polícia Portuguesa*. In *Polícia e Polícias em Portugal. Perspetivas Históricas* (org.) Gonçalo Gonçalves & Susana Durão. Lisboa: Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL.

Cerezales, Diego Palacios (2011). *Portugal à Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta da China.

Clemente, Pedro José Lopes (2016). *Ética Policial. Da Eticidade da Coação Policial*. Lisboa: ISCPSI.

Clemente, Pedro José Lopes (2015). *Cidadania, Polícia e Segurança*. Lisboa: ISCPSI – ICPOL.

Clemente, Pedro José Lopes (2010). *Polícia e Segurança. Breves Notas*. In *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, n.º 4.

Clemente, Pedro José Lopes (1998). *Da Polícia de Ordem Pública*. Lisboa: Governo Civil de Lisboa.

Correia, Sérvulo (1994). *Polícia*. In *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Vol. II. Coimbra: Almedina.

Cunha, Alexandre Mendes (2010). *Police Science and Cameralism in Portuguese enlightened reformism: economic ideas and the administration of the state during the second half of the 18th century*. In *e-JPH*, 8 (1), Summer.

Cunha, Alexandre Mendes (2011). *Polizei and the System of Public Finance: Tracing the Impact of Cameralism in 18th Century Portugal*. In Keith Tribe, Heiz Kurz e Tamotsu Nishizawa (orgs). *The Dissemination of Economic Ideas*. Cheltenham: Edward Elgar.

Dias, Hélder Valente (2005). *As Medidas de Polícia Administrativa e a Polícia de Segurança Pública. Trabalho Final do Curso de Direção e Estratégia Policial*. Lisboa: ISCPSI.

Duque, Raquel (2014). *Terrorismo na Aviação Civil: Perspetivas para uma Estratégia Europeia de Segurança Aérea*. In *Nação e Defesa*, nº137 – Reflexões sobre a Europa, Instituto da Defesa Nacional, (2014);

Durão, Susana (2016). *Esquadra de Polícia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Durão, Susana (2008). *Patrulha e Proximidade: uma etnografia da Polícia de Lisboa*. Coimbra: Almedina.

Durão, Susana (2004). *Quando as Mulheres concorrem e entram na Polícia: a óptica etnográfica*. In *Etnográfica*, VIII (1), pp. 57-78.

Durão, Susana (2003). Muchas se quedan por el camino: hombres y mujeres a la entrada de la policía. In Zainak – Cuadernos de Antropología – Etnografía 2, pp. 977- 995.

Durão, Susana & Leandro, Alexandra (2003). Mulheres na Polícia: visibilidades sociais e simbólicas. In Cordeiro, Graça e outros (eds). In Etnografias Urbanas. Oeiras: Celta Editora, pp. 77-91.

Elias, Luís (2022). Policing in a Digital Age. European Law Enforcement Research Bulletin, (6), SCE Nr.6: tbd. <https://bulletin.cepol.europa.eu/index.php/bulletin/article/view/534>

Elias, Luís, Felgueiras, Sérgio & Pais, Lúcia (2017). Planning and policing of public demonstrations. A case study. In Police Science and Research Bulletin. Budapest: CEPOL.

Elias, Luís (2015). Segurança de Grandes Eventos Desportivos. Resposta Integrada para a Prevenção da Violência. In O Direito do Desporto em Perspetiva. Coimbra: Edições Almedina, CEJ, IPDJ.

Elias, Luís & Pinho, Pedro (2013). Reuniões e Manifestações. Os Desafios das Novas Formas de Contestação Social, In Revista Polícia Portuguesa, Jan-Dez. Lisboa: Direção Nacional.

Elias, Luís (2013). A Externalização da Segurança Interna. As Dimensões Global, Europeia e Lusófona. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais.

Elias, Luís (2011). Estratégia Portuguesa na Gestão Civil de Crises, in Revista Nação e Defesa, n.º 129 – 5.ª série, pp. 145-184.

Elias, Luís & Marques Guedes (2010). Armando, Controlos Remotos. As Dimensões Externas da Segurança Interna em Portugal. Coimbra: Edições Almedina.

Elias, Luís (2006). A Formação das Polícias nos Estados Pós-Conflito. O Caso de Timor-Leste. Lisboa: Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Farinha, Luís Manuel Peça (2005). A Polícia de Segurança Pública e a Cooperação Policial da União Europeia. In Manuel João Pereira & Joaquim Neves (orgs). Estratégia e Gestão Policial em Portugal. Oeiras: Instituto Nacional de Administração.

Fentanes, Enrique (1979). Compendio de Ciencia de la Policía. Buenos Aires: Editorial Policial.

Fentanes, Enrique (1972). Tratado de Ciência de la Policia. Tomo I: Introduccion. Dogmatica General. Primeira Parte. Buenos Aires: Editorial Policial.

Felgueiras, Sérgio (2016). Ação Policial face à Ação Coletiva. Teoria para uma Estratégia de Policiamento das Multidões. Lisboa: ISCPsi.

Felgueiras, Sérgio (2009). A segurança de grandes eventos desportivos: as fases finais dos campeonatos da Europa de futebol no século XXI. Dissertação de mestrado não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Fernandes, Luís Fiães (2014). Intelligence e Segurança Interna. Lisboa: ISCPsi.

Fernandes, Luís Fiães (2011). O Terrorismo na Era da Incerteza In *A Luta Contra o Terrorismo Transnacional - Contributos Para uma Reflexão*. Coimbra: ISCPSI

Fernandes, Luís Fiães (2006). Prevenção da Criminalidade. In *II Colóquio de Segurança Interna*, coord. Valente, Manuel Monteiro Guedes. Coimbra: Almedina, pp. 69-117.

Felgueiras, S., Pais, L. G., Abreu, H., Martins, R., & Rocha, J. P. (2013). Transnational political protest: A Portuguese perception. The anthology: *GODIAC - Good practice for dialogue and communication as strategic principles for policing political manifestations in Europe* (pp. 149-173). *GODIAC and Swedish National Police Board*.

Figueiredo, Sofia Fernanda de Jesus (2022). *A Entrevista em Contexto de Investigação Criminal: Percepções e Práticas dos Investigadores da Polícia de Segurança Pública*, Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais. Lisboa: ISCPSI.

Gomes, Paulo Valente (2022). Dimensão Histórica e Atual da Evolução da Identidade das Ciências Policiais no Espaço Europeu. *Ciências Policiais*. In Júnior, Azor; Fernandes, Roberto; Machado, Paulo (Coord.), *Conceito, Objeto e Método de Investigação Científica*. Lisboa: ISCPSI.

Gomes, Paulo Valente (2011). O Tratado de Lisboa e a gestão de crises na União Europeia com impacto transnacional. In Brandão, Ana Paula (Coord.), *A Luta Contra o Terrorismo Transnacional: Contributos para uma reflexão*, Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ICPOL-ISCPSI). Coimbra: Almedina

Gomes, Paulo Valente (2005). A cooperação policial na União Europeia: um desafio estratégico para a PSP, in PEREIRA, Manuel João e NEVES, Joaquim (Coord.), *Estratégia e Gestão Policial em Portugal*, pp. 477-526. Oeiras: Instituto Nacional de Administração (INA).

Gomes, Paulo Valente (2005). UEFA EURO 2004: 10 key-issues for a successful tournament. In "SIK-Journal" *Sicherheitsakademie, Bundesministerium für Inneres* (Revista da Academia Superior da Polícia Federal, Ministério Federal do Interior, Áustria), Ano 1, nº 2, Viena.

Gonçalves, Gonçalo Rocha & Durão, Susana (organ.) (2017). *Polícia e Polícias em Portugal. Perspetivas Históricas*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL.

Gonçalves, Gonçalo Rocha (2017). *Polícia e Modernidade. As Múltiplas Dimensões de um Objeto Historiográfico*. In *Polícia e Polícias em Portugal. Perspetivas Históricas*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL.

Gonçalves, Gonçalo Rocha (2015). O aparelho policial e a construção do Estado liberal em Portugal, c. 1870-1900. In *Análise Social*, 216, L (3), 2015, pp. 470-493.

Gonçalves, Gonçalo Rocha (2014). Police reform and the transnational circulation of police models: the Portuguese case in the 1860s. in *Crime, Histoire & Sociétés / Crime, History & Societies*, 18, (1), pp. 5-29.

- Giddens, Anthony (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Guerra, Luís Filipe Jorge de Almeida (2007). *Criminalidade e adaptação: percepções e estratégias dos comerciantes da cidade de Elvas*. Lisboa: Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado não publicada.
- Hespanha, António Manuel & Subtil, José (2011). *Corporativismo e estado de polícia como modelos de governo das sociedades euro-americanas do Antigo Regime*. In Fátima Gouveia & João Fragoso. *O Brasil Colonial: I volume*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Hespanha, António Manuel (2004). *Guiando a Mão Invisível. Direitos, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português*. Coimbra: Almedina.
- Huxley, Aldous (2013). *Admirável Mundo Novo*. Lisboa: Antígona.
- Houaiss, Antônio & Villar, Mauro de Salles (2002). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Círculo de Leitores.
- Jaschke, Hans-Gerd & Neidhardt, Klaus (2007) *A Modern Police Science as an Integrated Academic Discipline: A Contribution to the Debate on its Fundamentals, Policing and Society*, 17:4, 303-320, DOI: 10.1080/10439460701717882
- Johnson, Elmer H. (1967), *A Sociological Interpretation of Police Reaction and Responsibility to Civil Disobedience*, In *The Journal of Criminal Law, Criminology and Police Science*, Northwestern University School of Law, Vol. 58, n. 3.
- Lapa, Albino (1964). *História da Polícia de Lisboa*. (s.n.).
- Lapa, Albino (1942). *História da Polícia de Lisboa*. Lisboa: Comando de Polícia de Segurança Pública.
- Leitão, José Carlos Bastos (2005). *Linhas de Desenvolvimento do Modelo de Policiamento da PSP*. In Manuel João Pereira & Joaquim Neves (orgs). *Estratégia e Gestão Policial em Portugal*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração.
- Leitão, J. (2001). *Táticas de Patrulha*. In *Revista Polícia Portuguesa*, II série, separata ao no 128, 6-8.
- Lucas, Paulo Manuel Pereira (2005). *As Medidas de Polícia e a Actuação da Polícia de Segurança Pública: Contributos Para uma Revisão do Quadro Normativo*, Trabalho Final do Curso de Direcção e Estratégia Policial. Lisboa: ISCPSI.
- Molina, José Garcia, *Ciencia Y Doctrina Policial*. In *Ciencia Policial. Revista Técnica del Cuerpo Nacional de Policia*, No. 142, Amayo/Junio 2017, pp. 7-35.
- Morgado, Sónia; Felgueiras, Sérgio (2022). *Technological Policing: Big data vs real data in Politeia*. Lisboa: ISCPSI.
- Oliveira, José Ferreira de (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento. A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Edições Almedina.
- Oliveira, José Ferreira de (2015), *A Manutenção da Ordem Pública em Democracia*. Lisboa: ISCPSI.

Pereira, Eliomar da Silva (2014). *Introdução às Ciências Policiais*. São Paulo: Almedina Brasil.

Oliveira, José Ferreira de (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento. A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Edições Almedina.

Oliveira, José Ferreira de (2003). *Os Modelos de Policiamento e as Políticas de Segurança. A Emergência do Policiamento de Proximidade*. In Juan Mozzicafredo e outros (orgs.). *Ética e Administração. Como Modernizar os Serviços Públicos?* Oeiras: Celta Editora.

Pais, L. G., Felgueiras, S., Serra, A., Machado, H., & Pereira, H. (2013). *Media perceptions on police activity in major political events: An overview of Portuguese context during 2011. The anthology: GODIAC – Good practice for dialogue and communication as strategic principles for policing political manifestations in Europe* (pp. 205-217). GODIAC and Swedish National Police Board.

Palacios Cerezales (2011). *Portugal à Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta da China.

Poiares, Nuno (2021). *A Ciência Policial em Portugal: o reconhecimento pela Comunidade Científica Internacional. Lição Inaugural da Cerimónia de Abertura Solene do Ano Académico 2021-2022, em 2 de dezembro de 2021*. Lisboa: ISCPSI

Poiares, Nuno (2014). *Políticas de segurança e as dimensões simbólicas da lei: o caso da violência doméstica em Portugal, tese de doutoramento, policopiado*, Lisboa: ISCTE-IUL.

Poiares, Nuno (2013). *Mudar a Polícia ou mudar os polícias? O papel da PSP na sociedade portuguesa, 1.ª Obra da Coleção Portugal+Seguro*, Lisboa: Bnomics

Poiares, Nuno (2013). *Prevenção da criminalidade e da violência doméstica*. In Almeida, Paulo Pereira de (ORG.), *Como tornar Portugal um país seguro: segurança nacional e prevenção da criminalidade*, pp. 185-198, Coleção Portugal+Seguro, Lisboa: Bnomics

Popper, Karl R. (1980). *Conjecturas e Refutações*. Brasília: Editora da UnB.

Póvoa, Marco Alpende (2013). *Policiar Portugal: a Guarda Nacional Republicana, 1911-1946*. Lisboa: ISCTE-IUL, dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea.

Raposo, João (2006). *Direito Policial I*. Coimbra: Edições Almedina.

Roché, Sebastien (2017). *Police science: science of the police or science for the police? Conceptual clarification and taxonomy for comparing police systems*. In *European Police Science and Research Bulletin. Police Science and Police Practice in Europe. Special Conference. Edition number 2*. Budapest: CEPOL.

Rodrigues, Norberto Paulo Gonçalves (2011). *A Segurança Privada em Portugal. Sistema e Tendências*. Coimbra: Edições Almedina.

- Rouco, Francisco del Barrio (2009), *Police Science, Perspectives: Towards a European Approach*. Frankfurt: Verlag Fuer Polizeiwissenschaft.
- Santos, Maria J. Moutinho (2006), *A introdução da Polícia Civil em Portugal: entre projectos e realidades, os equívocos de uma política de segurança*, em Tiago P. Marques e Pedro T. Almeida (orgs.), *In Lei e Ordem: Justiça Penal, Criminalidade e Polícia, Séculos XIX-XX*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 131-145.
- Santos, Nuno Ricardo Pica dos (2017). *Da Atuação dos Seguranças Privados na Prevenção Criminal: a Intervenção Perante o Crime*. Lisboa: ISCPSI.
- Silva, António Leitão da (2012). *Exaustão Emocional, Estratégias de Motivação e Desenhos de Policiamento: um Estudo Longitudinal na Polícia Municipal do Porto*. Tese de Doutoramento na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Sousa, Pedro Miguel Lopes Ferreira Lourenço de (2008). *O Direito Penal e a Defesa Nacional*. Coimbra: Edições Almedina.
- Sousa, Vera Lourenço (2018). *Investigação criminal: Abordagem inicial*. EPP.
- Subtil, José (2011). *Actores, Territórios e Redes de Poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Curitiba: Juruá Editora.
- Torres, José Emanuel de Matos (2015). *Gestão de Riscos no Planeamento, Execução e Auditoria de Segurança*. Lisboa: ISCPSI
- Torres, José Emanuel de Matos (2014). *Não Temos de Ser Alemães*. Lisboa: Matéria Prima.
- Valente, Manuel Monteiro Guedes (2017). *Teoria Geral do Direito Policial*. Coimbra: Edições Almedina.
- Valente, Manuel Monteiro Guedes (2016). *Direito Penal do Inimigo e o Terrorismo: Do Progresso ao Retrocesso*. São Paulo: Almedina Brasil.
- Valente, Manuel Monteiro Guedes (2014). *Ciências Policiais. Ensaios*. Lisboa: Universidade Católica Editora
- Valente, Manuel Monteiro Guedes (2013). *Do Ministério Público e da Polícia. Prevenção Criminal e Acção Penal como Execução de uma Política Criminal do Ser Humano*. Lisboa: UCE.
- Vaz, Maria João (2014). *O Crime em Lisboa: 1850-1910*. Lisboa: Tinta da China.
- Vaz, Maria João (2013). *Vigiar a cidade: a Polícia Civil de Lisboa (1867-1910)*. In Ana Maria Pina, Carlos Maurício & Maria João Vaz (orgs.). *Metamorfoses da Cultura: Estudos em Homenagem a Maria Carlos Radich*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea/Instituto Universitário de Lisboa, pp. 317-356.
- Vaz, Maria João (2007). *Prevenir o Crime: o Corpo de Polícia Civil de Lisboa*. In *Ler História*, 53, pp. 9-46.
- Welten, Bernard (2010). *A Brave Police Deserves Courageous Scientists*. In *CEPOL European Police Science and Research Bulletin*. Issue 3. Summer.